

Congresso reabre com uma pauta polêmica

por Leticia Borges
de Brasília

O Congresso reabre amanhã suas portas com a expectativa de muito trabalho e muita polêmica. "O jogo será mais bruto", admite claramente o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), numa avaliação, aliás, comum a todos os líderes governistas. "As questões em pauta não são mais binárias – ou se é contra ou a favor –, mas carregam muitas nuances."

A carga de trabalho não será maior só para senadores e deputados, pois o governo também terá de se desdobrar para aprovar as novas emendas constitucionais, que devem chegar ao Congresso ainda nesta semana. "Os temas são mais complexos e a base não estará tão coesa; o governo, portanto, terá que ser mais flexível", analisa o deputado Paulo Bornhausen (PFL-SC).

Os aliados acreditam que, apesar das dificuldades – acrescidas do grande número de feriados, que diminuem o número de sessões –, o governo vai conseguir aprovar as matérias de seu interesse. "Mas terá que fazer um bom trabalho de convencimento de sua própria base", ressalva o deputado Jair Soares



Germano Rigotto

(PFL-RS), apostando que o governo conseguirá aprovar as novas reformas, mas não exatamente como elas serão enviadas.

Os líderes devem se reunir hoje ou mais provavelmente amanhã com o presidente Fernando Henrique Cardoso para discutir a estratégia para o semestre, de acordo com Sérgio Machado. Deve-se definir também o calendário de envio das emendas e a votação, no Senado, das que já foram aprovadas pela Câmara no primeiro semestre.

Na pauta do Senado, permanecem as emendas sobre gás canalizado, navegação de cabotagem, telecomunicações, empresa nacional e petróleo. Há ainda a Lei de Pa-

tentes e a Lei de Diretrizes e Bases da educação, além do Orçamento da União, que é comum às duas Casas. Quanto às emendas, Machado avalia que estarão todas aprovadas até a primeira quinzena de setembro.

O governo deve enviar, nos próximos dias, as reformas tributária, fiscal e administrativa, que começam sua tramitação pela Câmara. A reforma da Previdência – a mais difícil de ser aprovada, na avaliação do líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS) – está paralisada (ainda na Câmara). O governo, no entanto, insiste na sua aprovação neste ano e, para isso, deve mudar seu projeto.

Além disso, há a reforma política e a regulamentação das emendas da Ordem Econômica que, de acordo com Sérgio Machado, já está sendo feita pelo governo e deve ser remetida logo ao Congresso. Essa será, na avaliação dos líderes governistas e também da oposição, uma das mais duras batalhas do semestre. É possível, também, que segmentos de partidos governistas, sobretudo o PMDB, juntem-se às oposições na regulamentação das emendas.